

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O conjunto de artigos reunidos nos dois tomos de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* de 1997 (fasc. 1-2 e 3-4) — sob o título genérico de “Família e Herança em Portugal” — teve a sua origem num painel organizado no âmbito do 87º Congresso da Associação Americana de Antropologia em Phoenix, Arizona, a 20 de Novembro de 1988. A designação original do painel — “*Anthropology Meets History in Portugal: Kinship, Inheritance, and Dynamic Community Models*” — e as comunicações nele apresentadas tiveram em comum dois temas fundamentais unificadores: (a) processos de sucessão, herança e transmissão da propriedade em comunidades rurais portuguesas, e (b) perspectivas temporais na análise dos três domínios associados da *família*, da *casa* e das *localidades*. Cada tomo dos TAE de 1997, assim, irá reunir um grupo de artigos focados prioritariamente sobre cada um destes dois eixos. Um objectivo primordial foi desencadear uma troca de ideias e pistas sobre modelos e procedimentos teóricos, por um lado entre a antropologia e a história e, por outro, entre investigadores portugueses e norte-americanos que tinham levado a cabo pesquisas recentes sobre os referidos tópicos em terrenos portugueses. Teve o patrocínio da (à altura) recém-criada *Society for the Anthropology of Europe* e algum apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Entretanto, tendo passado bastante tempo desde a data em que o painel decorreu, o conjunto de comunicações originalmente apresentadas sofreu alterações significativas que lhe confere hoje um carácter quase totalmente novo. Em primeiro lugar, todos os trabalhos originais comportaram actualizações de conteúdo e de bibliografia, tornando a sua ligação ao texto anterior mais ou menos remota. Serão os casos dos artigos, neste primeiro fascículo, de Cristiana Bastos e Fátima Brandão e, no fascículo seguinte, dos de Denise Lawrence, Francisco Ramos, José Sobral e Georges Augustins. Por outro lado, foram substituídos os artigos de Brian Juan O'Neill neste número e Álvaro Ferreira da Silva no próximo. Além disso, foram incorporados textos de autores que não participaram no painel mas cujos temas se inserem claramente nas vertentes-chave daquela reunião. Tais alterações em nada transformaram — antes enriqueceram — as principais linhas temáticas do painel de 1988, tanto num sentido de diversificação conceptual como de alargamento empírico e geográfico.

Em termos linguísticos e estilísticos, foram efectuadas algumas traduções do inglês norte-americano para o português, sempre corrigidas pelos autores e revistas posteriormente por membros do Conselho Redactorial. Por esse paciente trabalho de revisão — também efectuado em relação ao nosso próprio texto, original e imperfeitamente escrito em português — agradecemos vivamente a Vítor Oliveira Jorge, Henrique Gomes de Araújo e Paulo Castro Seixas. Agradecimentos igualmente calorosos são dirigidos à revista *TAE* e em particular ao seu coordenador pelo interesse manifestado em publicar os dois conjuntos de artigos, assim permitindo a sua difusão geral e discussão. Esperamos que este seja considerado um contributo para o aprofundamento não apenas da antropologia social e cultural de Portugal rural, mas também para novos ângulos de conceptualização dos *processos dinâmicos e de longa duração temporal* das relações sociais, nos domínios de estudo da família e dos padrões de herança em Portugal.

A autorização para a versão portuguesa do artigo de Jeffery Bentley foi gentilmente concedida pela Arizona University Press, uma vez que esse texto foi publicado anteriormente como Capítulo 4 do livro desse autor — *Today There is No Misery: The Ethnography of Farming in Northwest Portugal*, 1992.

Temos a impressão que a etnografia e a história, cumulativamente, continuam a tornar mais complexa a sua visão sobre as riquezas e singularidades dos sistemas de sucessão e de estruturas familiares neste país. Dois textos recentes destacam-se por terem feito tentativas semelhantes de síntese inicial: o dossier de cinco artigos sob o título genérico “Les Transmissions entre Générations: Héritage et Succession au Portugal” organizado em 1991 por Colette Callier-Boisvert no Nº 3 do Boletim *Recherches en Anthropologie au Portugal* (Centre d'Études Portugaises de l'EHESS), e o artigo de Margarida Durães de 1995 intitulado “Necessidades Económicas e Práticas Jurídicas: Problemas da Transmissão das Explorações Agrícolas. Séculos XVIII-XX” e publicado no Nº 29 da revista *Ler História*. Os artigos aqui reunidos, por conseguinte, entram em discussão paralela com as análises enunciadas nestas duas publicações, que também salientam a necessidade imperiosa de focagens sincronizadas entre a antropologia e a história, entre as práticas familiares e os sistemas jurídicos. É precisamente neste *interface* interdisciplinar — tomado com cuidado e atenção, em vez de num sentido desenfreado ou imediatista — que julgamos produzir um contributo importante. Trata-se de estabelecer um laço construtivo de olhares diacrónicos entre duas ciências sociais focadas simultaneamente sobre lugares e processos afins.

A lógica de ligação entre as duas grandes temáticas nos dois tomos é simples. No primeiro, o objectivo é algo reservado: delinear alguns dos pontos principais de uma análise comparativa das formas de sucessão e herança portuguesas. Não esqueçamos o aviso famoso de Edmund Leach no seu polémico *Repensando a Antropologia* (São Paulo: Perspectiva, 1974 [1961]), no sentido de

evitarmos circunscrever as nossas recolhas etnográficas apenas a esforços de “coleccionar borboletas” específicas, neste ou naquele terreno concreto. Tendo amplos os exemplos etnográficos disponíveis, dever-se-á tentar avançar algumas linhas de síntese e comparação. O primeiro texto pretende esboçar um panorama inicial do tema, dividindo os sistemas portugueses de sucessão e herança em três grandes categorias: práticas de primogenitura, de preferência preciputária e de divisão igualitária, categorias que estão respectivamente associadas vulgarmente com as três palavras *morgadio*, *terço* e *partilhas*. Seguem-se três textos, respectivamente, de Cristiana Bastos, Jeffery Bentley e Fátima Brandão, nos quais se oferecem exemplos concretos de sistemas regionalmente diferenciados dos processos em análise. Antes que tudo, pretende-se salientar que os textos reunidos *não* visam inserir-se apenas dentro da bibliografia da “família” em Portugal, bibliografia essa que ainda se encontra em vias de pura expansão. Assim, delimita-se também o campo de estudo noutra direcção, num sentido de restringir drasticamente o domínio focado em termos disciplinares. Não se propõe esgotar — nem sequer tocamos a ponta do icebergue! — as perspectivas sociológicas, geográficas, jurídicas, demográficas e psicológicas sobre a família e herança em Portugal. Antes, procura-se apenas tentar desbravar uma abertura de um campo *específico* de futura intersecção de análises.

Claro que, com esta atitude prudente, também serão registadas, mas pouco efectuadas, comparações com outras regiões europeias e mediterrânicas com óbvias similitudes. Um passo significativo terá sido dado se este conjunto de textos conseguir solidificar a noção de que *diversas* formas de transmissão dos bens podem caracterizar a mesma comunidade rural, de maneira divergente conforme o momento histórico concreto. Associado a esta noção, perdura o mito de que a abolição dos vínculos em 1863 e o Código Civil de 1867 foram os culpados directos da extinção da primogenitura e da instituição de uma supostamente nova “lei” de partilhas igualitárias no país. Os textos reunidos tendem a contrariar esta ideia simplista. Por um lado, parece existirem provas de que certas populações, *mesmo antes de 1867*, efectuavam partilhas equitativas. Paralelamente, os artigos insertos neste dossier fornecem provas de que há famílias e comunidades que, *muito depois de 1863*, continuam a aproveitar todos os meios práticos e legais possíveis para evitar ou adiar os efeitos de partilhas, através do favorecimento de um só herdeiro.

O segundo conjunto de artigos (a ser publicado, como dissemos, nos próximos fascs. 3-4 dos TAE de 1997), igualmente não deverá ser interpretado como focando literalmente “a família” em Portugal. Aí serão três os sub-domínios sobre os quais os antropólogos e historiadores se debruçam: (a) *casas* ou *grupos domésticos* interpretados como entidades em fluxo constante, quer na sua composição, quer nas suas transformações através do tempo; (b) *famílias* conceptualizadas

como “campos” de actividade laboral que intimamente ligam o foro familiar à área de emprego local; e (c) a *localidade* rural como arena de intersecção de vários tipos de temporalidades. Nitidamente, o conjunto de textos sugere um exercício no sentido de “repensar” as categorias analíticas que se têm — às vezes subrepticiamente — infiltrado nas nossas disciplinas, a ponto de nos criarem mais entraves teóricos do que capacidades de abertura ou invenção. *Casa, família e comunidade* tendem, nos anos 90, a converterem-se em camisas-de-forças: isto já foi evidente em 1988, e continua, a meu ver, a caracterizar boa parte do dilema etnológico actual em torno da sociedade rural portuguesa.

O segundo conjunto de textos propõe-se — salvo obviamente as especificidades de cada um — desenvolver formas de perspectivar *processos não necessariamente uniformes* relacionados com a casa rural, as famílias camponesas ou operárias, e a própria comunidade aldeã. Estas *não* constituem entidades reificadas ou estagnantes, situadas num presente desfocado através de miopias e astigmatismos analíticos. Quais as dimensões temporais, de média duração, dos seus desenvolvimentos, desintegrações e reajustamentos? Quais as formas em que a antropologia e a história podem, com prudência, articular-se e fundir-se cuidadosamente, relativamente a estes campos comuns?

O espírito que inspira os textos sobre “Família e Herança em Portugal” poder-se-ia caracterizar, pois, como *interrogativo* em vez de afirmativo ou racionalmente comprovativo. Agradece-se particularmente a Georges Augustins, do Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative da Université de Paris X (Nanterre) — etnólogo com uma apurada visão comparativista da Europa, actualmente a desenvolver pesquisa no Sul de Portugal — um comentário de síntese final em forma de Posfácio (que o leitor encontrará no próximo tomo) aos dois conjuntos de textos agora publicados.

No sentido de o leitor se poder situar melhor face ao âmbito das questões teóricas que inspiraram o painel original, incluímos a seguir — inalterado — o texto introdutório de 1988 que acompanhou o convite aos investigadores que no painel participaram. Estas linhas constituíam basicamente um *call for papers*, embora procurassem obviamente ir mais além desse objectivo prático, no sentido de estabelecer algumas linhas e pistas iniciais para debate e discussão naquele congresso norte-americano.

Decidimos manter o texto no inglês original, sem deixar de chamar a atenção para uma das razões curiosas de o incluir aqui como parte integrante desta nota prévia: o *time-span* entre 1988 e 1997 suscita, precisamente, uma série de interrogações comparativas sobre o estado da questão (os estudos sobre família e herança em Portugal), tal como foi focada no final dos anos 80 e agora, novamente, em finais dos anos 90. Por isso mesmo, parece-nos mais interessante não retocar nem actualizar o documento, deixando-o tal como foi exposto anterior-

mente. Na bibliografia, o especialista encontrará algumas referências que não duplicam — antes complementam — as dos quatro artigos subsequentes do “dossier”, tornando-a um instrumento ainda útil hoje. Que linhas principais de pesquisa e que temas continuaram entretanto a ser abordados pelos antropólogos e historiadores? Como se desenvolveu este ramo da etnografia de comunidades rurais portuguesas neste período, em matéria de formas de transmissão e sistemas de parentesco, através das monografias produzidas por investigadores nacionais e estrangeiros? Que tópicos deixaram de suscitar tanta atenção, e por quê? Que outros — inteiramente novos — apareceram inesperadamente?

Serão, claramente, questões em aberto, a colocar a um texto incompleto e embrionário, cujo única finalidade foi — e continua a ser — a de despertar interesse e reflexão criativa e propiciadora de novas investigações.

Janeiro de 1997.
Brian Juan O'Neill